

2° SIMULADO

TCU-CESPE

CONHECIMENTOS GERAIS



Estratégia
CONCURSOS

Simulado Especial

2º Simulado TCU

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCU;
- 2 – A prova contém **200 itens** que serão divididos em duas partes, conhecimentos gerais na parte da manhã e conhecimentos específicos na parte da tarde. que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora Cespe, com alternativas certo/errado.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h e das 14h00 às 18:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **No dia seguinte, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TCU-Cespe-15-09>

- | | | | | |
|--|--|--|--|--|
| 01 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 19 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 37 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 55 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 73 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 02 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 20 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 38 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 56 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 74 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 03 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 21 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 39 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 57 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 75 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 04 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 22 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 40 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 58 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 76 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 05 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 23 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 41 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 59 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 77 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 06 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 24 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 42 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 60 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 78 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 07 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 25 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 43 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 61 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 79 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 08 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 26 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 44 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 62 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 80 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 09 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 27 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 45 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 63 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 81 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 10 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 28 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 46 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 64 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 82 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 11 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 29 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 47 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 65 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 83 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 12 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 30 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 48 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 66 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 84 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 13 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 31 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 49 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 67 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 85 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 14 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 32 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 50 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 68 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 86 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 15 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 33 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 51 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 69 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 87 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 16 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 34 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 52 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 70 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 88 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 17 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 35 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 53 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 71 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 89 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 18 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 36 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 54 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 72 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 90 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS****Classificação Doutrinária da Censura**

A censura em um Estado Democrático de Direito é praticamente um tabu, mas precisa ser objeto de estudo a fim de que possa ser devidamente conhecida, seja para sua contenção em geral, seja para sua excepcional aplicação em casos de conflitos entre o Direito de Expressão e Informação e outros Direitos Fundamentais, de acordo com uma proporcionalidade e razoabilidade.

É neste sentido que se faz relevante uma classificação dogmática ou doutrinária da censura.

Uma primeira classificação importante diz respeito à "censura prévia" e à "censura ex post facto ou posterior". No primeiro caso se pensa em um controle preventivo das comunicações que se pretende veicular. Já no segundo, não há esse controle prévio ou preventivo, mas sim a possibilidade de responsabilização penal, civil e administrativa em casos de abuso. Na "censura ex post facto" não há limitação à expressão e informação, mas há o estabelecimento da responsabilidade ulterior daquele indivíduo ou pessoa jurídica que produziu a comunicação.

Parte-se de uma concepção de que haveria uma vedação absoluta da chamada "censura prévia" num Estado Democrático. Não obstante, há que haver uma relativização dessa postura quando os direitos de informação e expressão se chocarem com outros direitos fundamentais (intimidade, imagem, sigilo necessário em certos casos, seja no interesse público ou particular). Caberá à Constituição sopesar essas situações e à lei ordinária regulá-las nos parâmetros constitucionais. Ademais, a aplicação e interpretação dessas circunstâncias especialmente previstas devem caber tão somente ao Judiciário e jamais a um órgão de caráter meramente administrativo.

Existe ainda a "censura pública" e a "censura privada". A primeira é implementada pelos poderes públicos, com sanções penais, administrativas e civis aos infratores. A segunda é levada a termo por entidades públicas em nome de seus interesses particulares. Aqui entram em campo mecanismos civis, empresariais, trabalhistas, econômicos, dentre outros. Por exemplo, quando um jornal, por interesses de anunciantes, não permite a publicação de uma matéria.

Fala-se ainda de uma espécie de híbrido entre as censuras pública e privada, chamado de "censura colateral". Nela um ente privado vai censurar o exercício de informação e/ou expressão de alguém a fim de esquivar-se de eventuais responsabilidades civis ou criminais dispostas pelos poderes públicos. Por exemplo, havendo uma proibição de veiculação de pornografia infantil via internet, um provedor proíbe esse tipo de imagem e a retira do ar a fim de evitar sanções estatais.

Finalmente vale mencionar as denominadas "heterocensura" e "autocensura". No primeiro caso entidades públicas e privadas exercem a censura de alguém ou de alguma pessoa jurídica por meio de um controle externo. No segundo caso os próprios responsáveis pela expressão ou informação decidem silenciar devido ao temor de represálias públicas ou sociais. Essas represálias podem surgir em forma de punições penais, civis ou administrativas ou mesmo sob o aspecto de custos econômico – financeiros ou empresariais.

Releva ter em conta que a censura em si não é nem boa nem má. Há sim uma espécie de "presunção relativa" de que seja algo contrário à conformação de uma sociedade livre e

60 democrática. No entanto, há situações em que as liberdades de expressão e informação necessitam de freios, como, ademais, todas as liberdades quando se chocam entre si e chamam à baila o princípio dos princípios, qual seja, o Princípio da Proporcionalidade. Acontece que nesse caso delicado este deve ser indicado pela própria Constituição e regulado cuidadosamente pela lei para aplicação pelo Poder Judiciário, jamais se permitindo que órgãos administrativos do executivo possam tomar a frente numa burocratização típica de um Estado Policial e Totalitário.

Eduardo Luiz Santos Cabette (Delegado de Polícia e Professor Universitário)
<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/236728638/classificacao-doutrinaria-da-censura>

65 **01.** O texto descreve as diversas classificações de censura, conforme a doutrina, alegando que, nas situações em que os direitos de informação e expressão se chocarem com outros direitos fundamentais, órgãos administrativos do executivo não devem aplicar medidas restritivas, cabendo estritamente ao poder judiciário.

02. Infere-se do texto que a censura boa é a que preserva os direitos fundamentais do cidadão, previstos na Constituição.

03. Como base no texto, infere-se que, numa situação hipotética em que um usuário do Instagram insere uma imagem de uma pessoa nua, sem seu consentimento e o provedor proíbe a veiculação, houve "censura colateral", a fim de evitar eventuais responsabilidades civis ou criminais dispostas pelos poderes públicos.

04. As expressões "No primeiro" e "no segundo" (3º parágrafo) podem ser substituídas por **Naquele** e **neste**, mantendo-se a correção gramatical e a coesão.

05. No período "No primeiro caso se pensa em um controle preventivo das comunicações que se pretende veicular." (3º parágrafo), as ocorrências do pronome "se" apresentam o mesmo valor morfológico.

06. No terceiro parágrafo, o vocábulo "responsabilização" pode ser flexionado no plural, mantendo a coerência e a correção gramatical.

07. A oração "que haver uma relativização dessa postura" (4º parágrafo) é empregada sintaticamente como complemento do verbo "há".

08. A expressão "intimidade, imagem, sigilo necessário em certos casos, seja no interesse público ou particular" (4º parágrafo) explicita "outros direitos fundamentais", por isso se pode substituir o duplo parêntese por um sinal de dois-pontos após a palavra "fundamentais".

09. O vocábulo "sopesar" (4º parágrafo) foi empregado no trecho com o sentido de ponderar, considerar.

10. O verbo "entram" (5º parágrafo) encontra-se flexionado no plural para concordar com o sujeito composto posterior.

11. Na expressão “É neste sentido que” (2º parágrafo), sem prejuízo da correção gramatical do texto, os vocábulos “É” e “que” poderiam ser suprimidos, desde que houvesse alteração para inicial maiúscula da palavra “neste”, além de se admitir a inserção de uma vírgula imediatamente após a palavra “sentido”.
12. Reescreve-se o período “Fala-se ainda de uma espécie de híbrido entre as censuras pública e privada, chamado de ‘censura colateral’.” (6º parágrafo) da seguinte forma: **Diz-se também a cerca de uma espécie de mistura entre a censura pública e a privada, chamada “censura colateral”.**
13. As regras de pontuação permitem a inserção de vírgula após “situações” no seguinte trecho do 4º parágrafo: “Caberá à Constituição sopesar essas situações e à lei ordinária regulá-las nos parâmetros constitucionais”.
14. No último parágrafo, o trecho “Acontece que nesse caso delicado este deve ser indicado pela própria Constituição e regulado cuidadosamente pela lei para aplicação pelo Poder Judiciário” apresenta três ocorrências da preposição “por”, as quais apresentam o mesmo sentido e iniciam termos com a mesma função sintática.
15. No 4º parágrafo, o sequenciador “Ademais” pode ser substituído por **Outrossim** ou **Além disso**, mantendo o sentido, a coesão e a correção gramatical.

INGLÊS

The solid-waste disposal company Daily Disposal services tens of thousands of residences, businesses and construction sites in San Diego. In the past, drivers with residential routes received two printouts each morning: a 30-page document listing more than 1,000 customers they needed to visit that day, and a separate five- or six-page document listing customers with delinquent accounts. As drivers made stops, they had to compare the two lists to determine whether to pick up each customer’s containers. With more than 90 drivers in the field, Daily Disposal needed a more efficient way to route trucks and document trash pickup. So, the company invested in a custom mobile app called eMobile, Samsung Galaxy tablets with 10.1-inch screens and cellular service from Sprint. Rather than receiving stacks of paper each morning, drivers simply download the day’s route onto their tablets via the eMobile app. As they move along, the mounted tablets tell them exactly where to stop. When drivers arrive at customers’ homes, they push one of three buttons on the touchscreen: “done,” “not out” or “skip.” Daily Disposal’s entire fleet now has mounted tablets. All residential drivers are using the solution, and drivers who pick up from commercial and construction sites will begin using it soon. And the company is looking for other ways to automate operations. “What we’re doing may seem simple, but it’s huge for us,” says Todd Ottonello, vice president of the company. “This also helps with our efforts to go green. The solution completely changes an industry.”

Taylor Mallory Holland. Tablets bring waste management technology into the digital age.

Internet: <<https://insights.samsung.com>> (adapted).

Judge the following items in relation the previous text.

16. The article primarily deals with how one waste management company is incorporating contemporary technology into their routine in order to improve the service they provide.
17. The text states that Daily Disposal uses a mobile app, tablets, and cellular phone service for the work they do with both their residential and commercial customers.
18. On the basis of the last quote the article provides from the vice president of Daily Disposal, one can infer that the company has not invested in any other initiatives to lessen its negative impact on the environment.
19. In the following passage from the text, the word “trash” can be substituted by the word **garbage**: “Daily Disposal needed a more efficient way to route trucks and document trash pickup”.
20. The word “printout” (R.04) means printed document.

RACIOCÍNIO ANALÍTICO

Considerando as características do raciocínio analítico e a estrutura da argumentação, julgue os itens a seguir.

21. A pergunta complexa “Você parou de bater na sua esposa?” se baseia na pressuposição de que o interlocutor a quem essa pergunta se dirige não bate mais em sua esposa.
22. A seguinte situação é um exemplo de apelo à piedade: “Um candidato em um concurso público entra com recurso pedindo a anulação de uma questão. A banca indefere o pedido de anulação da questão argumentando que o elaborador possui doutorado na matéria relacionada”.
23. O texto que se segue, produzido pelo Delegado Paulo Bilynskyj durante uma investigação na sede do Estratégia, ilustra um raciocínio por abdução: “Ontem alguém comeu o almoço do Professor Rosenvál. Na hora do almoço, havia apenas cinco pessoas na cozinha do Estratégia. Desses cinco, é sabido que Dudu nunca leva almoço para o trabalho e que ele estava faminto por ter praticado Crossfit antes de ir trabalhar. Assim, é plausível que Dudu tenha comido o almoço do Professor Rosenvál.”
24. O texto que se segue ilustra um raciocínio indutivo: “Possuo diversos aparelhos eletrônicos da marca Pêssego e todos são de excelente qualidade. A marca Pêssego lançou um novo telefone com 3 câmeras. Logo, o telefone lançado deve ser de excelente qualidade”.

25. Sob o ponto de vista da dedução lógica, o seguinte argumento é válido: Muitos alunos que estudaram pelos cursos do Estratégia passaram em concursos. Eu estou estudando pelos cursos do Estratégia. Logo, eu vou passar em algum concurso.

ESTATÍSTICA

26. Uma amostra aleatória simples, com reposição, de n observações X_1, X_2, \dots, X_n foi selecionada de uma população com distribuição uniforme contínua no intervalo $[2, m]$, $m > 2$. Sabe-se que a média dessa distribuição uniforme é igual a 14 e que o desvio padrão da média amostral é igual a 0,2. Nessas condições, o valor de n é superior a 1.000.

Suponha que o número de dúvidas, por hora, que o professor Guilherme Neves recebe no fórum de dúvidas tem distribuição de Poisson com média de λ dúvidas por hora. Suponha que a probabilidade de chegarem 3 dúvidas em uma hora é o dobro da probabilidade de chegarem 4 dúvidas em uma hora.

Dado: $e^{-4} = 0,018$

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

27. a probabilidade de chegarem mais de 1 e-mail em um período de duas horas é superior a 90%.

28. A variância do número X de dúvidas que chegam por hora é igual a $2(\text{dúvidas}^2)$.

Uma amostra aleatória X_1, X_2, \dots, X_n foi retirada com reposição de uma população normal com média 20 e desvio padrão igual a 5. Julgue os próximos itens a respeito da média amostral $\bar{X} = \frac{X_1 + X_2 + \dots + X_n}{n}$.

29. A variância de \bar{X} é 25.

30. A média amostral \bar{X} tem distribuição T de Student com $n - 1$ graus de liberdade.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

31. Guilherme aplicou R\$ 1.000,00 à taxa de juros simples de 2% ao mês. Nessa situação, em menos de 8 anos o montante auferido será o triplo da quantia inicial aplicada.

32. O professor Herbert Almeida comprou uma câmera nova para seu estúdio. Herbert fez um financiamento e pagou em duas prestações mensais, iguais e consecutivas, com a primeira vencendo um mês após a

compra. Se cada prestação foi de R\$ 6050,00 e a taxa de juros compostos foi de 10% ao mês, então o valor à vista da câmera é superior a R\$ 10.500,00.

33. Se, nas operações de financiamento bancário, um banco cobra, no regime de juros compostos, uma taxa de juros nominal de 24% ao ano, capitalizados trimestralmente, então a taxa efetiva semestral é inferior a 12,5%.

34. Brunno fez um empréstimo de R\$ 10.000,00 à taxa de juros mensais de 1%, devendo ser pago pelo sistema de amortização constante (SAC), em 10 parcelas mensais e consecutivas, com a primeira prestação vencendo um mês após a tomada do empréstimo (sem carência). Nessa situação, o valor da primeira prestação será superior a R\$ 1.050,00.

35. No caso de dois projetos com o mesmo investimento inicial e o mesmo prazo, sob uma mesma taxa de desconto, o menor VPL será daquele que tiver maiores recebimentos a cada período.

CONTROLE EXTERNO

Nos termos da constituição federal e dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, julgue os itens a seguir.

36. A decisão do TCU que imputar débito ou que aplicar multa terá eficácia de título executivo, podendo ser executada, no caso de omissão da procuradoria competente, pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

37. O TCU exerce suas funções sancionadora e pedagógica quando aplica multa ao gestor que não observar as determinações legais sobre a realização de despesa pública.

38. O controle parlamentar direto, exercido pelo Congresso Nacional, decorre do sistema constitucional de freios e contrapesos, sendo a sustação de ato normativo que exorbite do poder regulamentar um exemplo de sua aplicação.

39. A Constituição Federal veda expressamente a instituição de órgão estadual responsável pela fiscalização e controle das contas dos municípios localizados no respectivo estado, porém a extinção dos já existentes é possível, desde que realizada por meio de emenda à constituição do ente federativo.

40. O TCU não precisa conceder o contraditório e a ampla defesa nos processos de registro de aposentadoria de agente submetido ao regime próprio de previdência social, mas não poderá negar o registro depois do prazo de cinco anos, desde a entrada no processo na Corte, em virtude da aplicação do prazo decadencial para o desfazimento de atos administrativos favoráveis aos administrados.

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCU, julgue os itens seguintes.

- 41.** A tomada de contas especial decorrente de omissão no dever de prestar contas é medida de exceção, que deverá ser adotada após esgotadas as medidas administrativas para solucionar a irregularidade, dentro do prazo de cento e oitenta dias desde o dia seguinte ao vencimento do prazo para a prestação de contas.
- 42.** Quando identificar ilegalidade em ato ou contrato, caberá ao TCU determinar o exato cumprimento da lei, fixando prazo para que a autoridade administrativa corrija o vício.
- 43.** Entre outras penalidades, caberá ao Tribunal de Contas da União aplicar, mediante deliberação da maioria absoluta dos seus membros, a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, pelo prazo de cinco a oito anos.
- 44.** O recurso de revisão é o instrumento de recurso cabível em processos de fiscalização, com efeito suspensivo, podendo ser apresentado, uma única vez, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal.
- 45.** O ministro-substituto será nomeado pelo Presidente da República, adquirindo a vitaliciedade no cargo a partir da posse.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Considere o que determina a CF/88 e a jurisprudência acerca da fiscalização econômica, financeira e orçamentária e julgue os itens a seguir:

- 46.** No que diz respeito ao controle externo, pode-se dizer que a fiscalização, em si, é realizada pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas. Nesse sentido, embora o referido órgão auxiliar seja detentor de autonomia e não se submeta a nenhuma espécie de controle hierárquico por parte daquele Poder, os julgamentos de contas de sua competência, como meras decisões administrativas que são, ficam sujeitos ao crivo posterior do Legislativo e ao inafastável controle judicial.
- 47.** O Tribunal de Contas da União (TCU) tem competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias de empregados públicos sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Julgue o próximo item, com base no que dispõe a Constituição Federal no tocante aos direitos individuais e coletivos.

- 48.** Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.

Sobre a organização do Estado brasileiro, julgue a assertiva abaixo:

- 49.** No modelo de repartição de competências horizontal, verifica-se que a inexistência de subordinação entre os entes acaba por traduzir-se em uma menor rigidez e em uma maior cooperação, decorrentes de uma forma de atuação mais próxima e colaborativa.

Julgue o próximo item, no que se refere às disposições constitucionais sobre a Administração Pública:

- 50.** É vedada a acumulação de proventos de aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) com a remuneração de cargo em comissão.

Levando em consideração o que estabelece a CF/88 para o Processo Legislativo, julgue o item a seguir:

- 51.** Não pode ser apresentada emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa privativa do Presidente da República.

Julgue o próximo item, relativo ao Poder Judiciário:

- 52.** A Constituição afirma que as atribuições do CNJ devem ser exercidas sem prejuízo da atuação do TCU, ou seja, o primeiro exerce o controle interno do Poder Judiciário de forma concorrente e em harmonia com o segundo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Com base nas disposições legais aplicáveis à delegação de serviços públicos, julgue o item a seguir.

- 53.** É vedado à União executar serviços públicos por meio de concessão de serviço público, sem lei que lhe autorize, dispensada a lei autorizativa se o poder concedente publicar, mediante decreto, ato justificando a conveniência da outorga de concessão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

Julgue os itens abaixo de acordo com as regras previstas na Lei 8.666/1993.

- 54.** Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados que atendam a normas técnicas brasileiras, desde que respeitado o patamar máximo de 25% sobre o preço dos produtos estrangeiros, a qual pode ser estendida, total ou parcialmente, aos países do Mercosul.

- 55.** É permanentemente dispensável a licitação para as compras de pães e outros gêneros perecíveis, exigindo-se apenas que a aquisição seja realizada com base no preço do dia.

No que diz respeito aos poderes da Administração Pública, julgue os dois itens abaixo.

56. O Supremo Tribunal Federal tem considerado constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, exceto para a imposição de multas de trânsito, as quais somente podem ser aplicadas pela Polícia Militar.

57. A Agência Reguladora XPTO editou ato normativo esclarecendo conceitos técnicos previstos em determinado diploma legal afeto à sua área de atuação, com vistas a exercer sua competência regulatória de atividade econômica de cunho estratégico. Nessa situação, pode-se afirmar que a atuação da agência decorreu do exercício do poder de polícia, buscando harmonizar o exercício da atividade privada com os anseios da coletividade.

Tomando por base a legislação aplicável ao sistema de registro de preços em âmbito federal, julgue o item que se segue.

58. A existência de preços registrados não obriga a administração federal a contratar, mas faculta aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à ata de registro de preços federal.

Considerando o que dispõe a Lei 8.112/1990, julgue o item a seguir:

59. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que conclua que não há provas de que o servidor foi o autor da conduta a ele imputada.

DIREITO CIVIL

60. No tocante à aplicação da lei brasileira no espaço, para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei brasileira.

61. No tocante à aplicação da lei brasileira no espaço, destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil, será observada a forma essencial do país em que constituída.

62. No tocante à aplicação da lei brasileira no espaço, dependendo de forma essencial brasileira, não se admite a observação da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.

63. No tocante à aplicação da lei brasileira no espaço, a obrigação resultante de contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o consumidor.

64. Não constitui ato ilícito a destruição da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente desnecessário.

65. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de coação, do dia em que ela cessar.

66. As partes não podem reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção, ante a abusividade do pacto comissório expresso.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Em relação ao Direito Processual Civil, julgue os itens seguintes.

67. O CPC adotou o princípio do contraditório efetivo, de modo que foi extirpado do sistema processual o contraditório postergado.

68. Pelo princípio da investitura, o juiz só pode exercer sua atividade judicante dentro de um limite espacial sujeito à soberania do Estado.

69. O CPC preconiza duas condições para se postular em juízo: o interesse de agir e a legitimidade da parte.

70. O juízo de primeiro grau pode emitir os seguintes pronunciamentos: sentença, decisão interlocutória, despacho, atos ordinatórios e acórdão.

71. São inaplicáveis à decisão que resolva questão prejudicial os efeitos da coisa julgada material.

No que diz respeito às ações constitucionais, julgue o item seguinte.

72. Situação hipotética: José impetrou mandado de segurança no STJ questionando ato supostamente praticado pelo governador. Após a intimação da autoridade coatora, esta apresentou informações acerca do mérito da questão. Ocorre que, o Ministro Relator do STJ notou que, na realidade, quem praticou o ato questionado foi um servidor público que atua em um hospital público local.

Assertiva: considerando esta situação, o Ministro Relator não poderá aplicar a teoria da encampação, visto que nesta situação haveria a modificação de competência constitucionalmente prevista.

73. Nas ações civis públicas, a citação previne a competência do juízo para todas as ações posteriormente ajuizadas com a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

DIREITO PENAL

- 74.** O crime de furto majorado pelo repouso noturno praticado contra sociedade de economia mista brasileira estará sujeito à lei brasileira quando praticado no estrangeiro, desde que o agente seja pelo menos domiciliado no Brasil.
- 75.** O arrependimento posterior, que ocorre quando o agente repara o dano ou restitui a coisa, por ato voluntário, antes do recebimento da ação penal, só tem cabimento nos crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa, e gera redução de pena de um a dois terços.
- 76.** Admite-se a aplicação do privilégio ao crime de furto qualificado pela destreza, desde que estejam presentes a primariedade do agente e o pequeno valor da coisa furtada, podendo o Juiz, neste caso, substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.
- 77.** O médico que, no exercício de sua profissão, der atestado falso com o fim de lucro, responderá pelo crime de falsidade ideológica.
- 78.** Situação hipotética: José, servidor público, exigiu de Pedro, empresário, a quantia de R\$ 1.000,00 para não interditar seu estabelecimento comercial. Pedro, apesar de saber que não havia qualquer razão para a interdição, com medo de ter prejuízo em razão da interdição do estabelecimento, pagou a quantia exigida por José.
- Assertiva: neste caso, José praticou o crime de concussão, e Pedro não praticou crime.
- 79.** No que tange à relação de causalidade, o Código Penal brasileiro adota como regra a teoria da causalidade adequada, estabelecendo que se considera causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- 80.** Constitui crime contra as finanças públicas ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa. Incide na mesma pena deste crime aquele que ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

- 81.** A Estrutura Integrada de Controle Interno proposta pelo Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) organiza o controle interno em **oito componentes**. Quando uma entidade que organizou o seu controle interno a partir da estrutura do COSO realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno, está atendendo diretamente ao componente de **atividades de controle**.

- 82.** A estrutura integrada de controle interno e gerenciamento de risco proposta pelo Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) está baseada em quatro categorias de objetivos. A categoria de objetivo relacionada à sobrevivência, continuidade e sustentabilidade organizacional é a **estratégica**.
- 83.** Tendo em vista a estrutura integrada de controle interno proposta pelo Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission (COSO), o compromisso da administração em obter ou gerar e utilizar informações importantes e de qualidade, originadas tanto de fontes internas quanto externas, está relacionado ao componente de **informação e comunicação**.
- 84.** A **Declaração de Lima** é um documento emitido pela INTOSAI, que tem por finalidade dar um direcionamento técnico para todas as Entidades de Fiscalização Superior, a fim de que os procedimentos utilizados na execução de auditorias respeitem uma homogeneidade em nível internacional.
- 85.** Segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions), é correto afirmar que as auditorias de legitimidade, de regularidade e operacional são os **tipos** de auditoria que a entidade de fiscalização superior utiliza para cumprir suas finalidades.
- 86.** Os **atributos** que devem acompanhar as evidências, elementos essenciais e comprobatórios dos achados de auditoria, são validade, confiabilidade, relevância e materialidade.
- 87.** Examinar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública são objetivos da **auditoria de conformidade**.
- 88.** A **matriz de achados** é instrumento útil para a execução de auditoria, porém não se trata de um item importante para subsidiar e nortear a elaboração do relatório de auditoria, porque não permite reunir, de forma estruturada, os principais elementos que constituirão os capítulos centrais do relatório.
- 89.** De acordo com as Normas Internacionais para o exercício profissional da Auditoria Interna e o IIA/AUDIBRA, julgue o item a seguir. No caso de obrigação legal ou profissional, os **auditores internos** devem divulgar as informações a que têm acesso, mesmo sem a autorização de seus superiores hierárquicos.

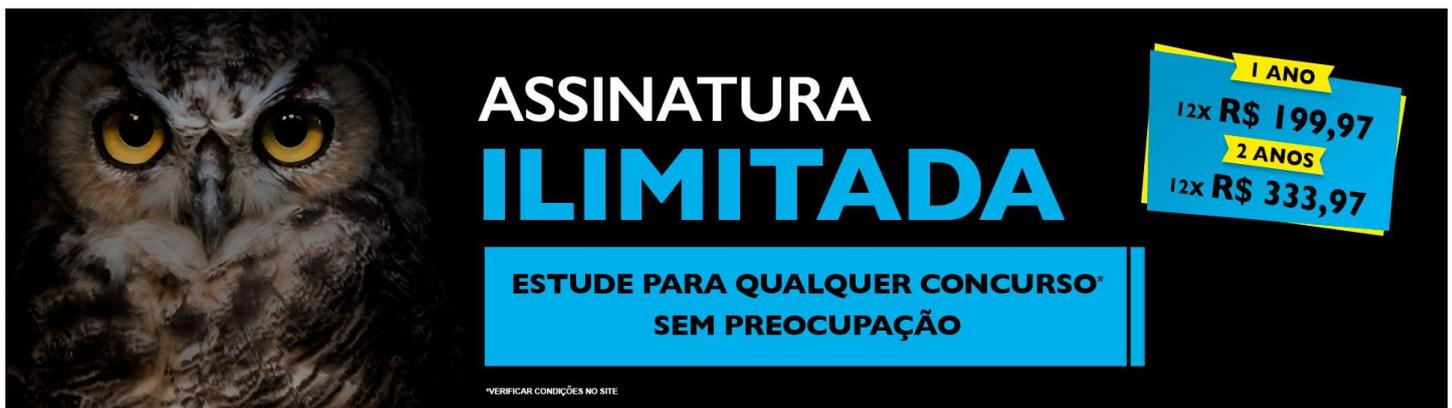
90. Uma auditoria em empresa pública de determinado estado da Federação constatou várias irregularidades. O tribunal de contas estadual deliberou, em acórdão, por vários mandados, e o plenário autorizou a verificação de seu cumprimento. Nesse caso hipotético, o instrumento de fiscalização a ser adotado para verificação de cumprimento dos mandados é denominado **acompanhamento**.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TCU-Cespe-15-09>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE